



Recebido em Plenário

Em 09/05/1988

*fornece*  
PRESIDENTE



PROJETO DE LEI N° 28 /88

"Reconhece de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Menores do Município de Pedra Branca D. Maria Laurentino de Medeiros Carvalho no Estado da Paraíba."

Art. 1º - Fica reconhecido de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Menores do Município de Pedra Branca D. Maria Laurentino de Medeiros Carvalho no Estado da Paraíba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de maio de 1988.

*[Signature]*  
Antonio Roberto de Souza Paulino  
Deputado Estadual

*Providenciando  
remetido à  
Palácio em  
21.06.88*

Aprovado em 16/06/1988 Discussão  
EM, 16/06/1988  
*[Signature]*  
1º SECRETARIO

Aprovado o Projeto Em 16/06/1988  
Discussão, Dispensado de 3º  
a Pedido do Deputado ANTONIO ROBERTO DE SOUZA PAULINO  
EM, 16/06/1988  
*[Signature]*  
1º SECRETARIO



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITACIO PESSOA



João Pessoa - Pb.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, visa reconhecer de Utilidade Pública, uma Associação que vem prestando relevantes serviços a comunidade de PEDRA BRANCA, no campo social e filantrópico.

Inscrito na Secretaria da Receita Federal, através do C.G.C. nº 11 984 283 0001-70, registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Itaporanga, com seus Estatutos publicados no Diário Oficial do Estado, do dia 19 de novembro de 1987, vem à ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE D. MARIA LAURENTINO MEDEIROS DE CARVALHO, fundada no município de PEDRA BRANCA, através deste Projeto de Lei requerer sua aprovação por ser de direito, sem qualquer restrição, por parte dos Senhores Deputados desta Casa.

Sala das Sessões, 05 de maio de 1988.

ANTÔNIO ROBERTO DE SOUZA PAULINO  
Deputado

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS MENORES DO MUNICÍPIO  
DE PEDRA BRANCA, ESTADO DA PARAÍBA.



Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE D. MARIA LAURENTINO DE MEDEIROS CARVALHO, fundada no Município de Pedra Branca aos 09 de Novembro de 1987, tem por fim amparar as crianças pobres do Município na educação e assistência material. Terá personalidade jurídica própria.

Art. 2º - A Associação tendo por fim amparar a juventude pobre do Município promoverá meios para angariar subsídios materiais para a execução de sua finalidade.

Art. 3º - O Patrimônio da Associação é constituído de bens materiais moveis ou imóveis que venham possuir como também da contribuição dos sócios, subvenções, Estaduais ou Federais ou de qualquer modalidade que venha acontecer.

Art. 4º - A Diretoria da Associação será constituída de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e eleitos pelos membros da entidade em reunião extraordinária.

Art. 5º - A Diretoria eleita terá o prazo de 2 anos findos os quais deverá ser convocada uma nova assembleia para proceder a eleição.

Art. 6º - Compete ao Presidente: representar a Associação ativa e passivamente em juizo e fora dele, perante órgãos de Administração Pública em geral e nas suas relações com terceiros em particular, praticar atos concernentes ao Patrimônio, podendo adquirir - alienar - hipotecar ou onerar os respectivos bens, observando as exigências legais e formalidades necessárias à validade de tais atos - presidir as reuniões da Diretoria, dirigir o pessoal necessário às finalidades da Associação.

Art. 7º - Ao Secretário compete: lavrar as atas das reuniões, preparar correspondência para ser assinada pelo Presidente, manter em boa ordem os documentos e papéis da Secretaria.



Art. 8º - Ao Tesoureiro compete guardar a escrituração dos bens e valores do Patrimônio - efetuar os pagamentos devidamente autorizados e proceder o recebimento dos recursos da Associação.

Art. 9º - O regulamento interno que será organizado pela Diretoria e aprovado pela Assembléia Geral, regulará o funcionamento interno da Associação, atribuições do pessoal e o mais que fôr necessário ao bom desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art. 10º - Os membros da Diretoria e os sócios não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação ou em nome dele.

Art. 11º - O mandato da Diretoria será exercido gratuitamente, e também a Associação não distribuirá dividendo, revertendo qualquer eventual "superavit" em seus exercícios financeiros em benefício da manutenção e ampliação de suas finalidades sóciais.

Art. 12º - A Assembléia Geral será convocada ordinariamente no mês de Janeiro de cada ano e extraordinariamente sempre que a Diretoria julgar necessária. § Único - Compete à Assembléia Geral Ordinária apreciar, discutir e aprovar o relatório anual da Diretoria, contas e balanços, bem como qualquer reforma dos estatutos constantes de projetos apresentados pela Diretoria. As Assembléias Gerais Extraordinárias apreciarão e decidirão a matéria que a Diretoria submeter a seu exame.

Art. 13º - A Associação se dissolverá por deliberação absoluta da totalidade dos membros.

João Pessoa, 09 de Novembro de 1987.

Registrado sob. n. 41-  
No Livro n.º 41  
Ipatinga, 09 de 11 de 1987.  
D. Ofic. do Reg. Esp. de It. 1.º Ofc.  
*Alto Rodrigues Pestana*

Centro da Cidade
Av. 25 de Março, 1000
Ipatinga - MG
Maria das Neves Crispim
RESERVADA
Av. Getúlio Vargas, 33
CEP 35.780 - IPATINGA - PARÁIBA

**FICHA DE INSCRIÇÃO  
DO ESTABELECIMENTO SED**

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.S. AO PREENCHER ESTA FICHA.
  - PREENCHA A MÁQUINA EM 3 TRÊS VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVES.
  - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE USO DA REPARTIÇÃO.
  - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
  - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO/SEDE.
  - PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, CUSTANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

\* ESTA FICHA QUANDO IDENTIFICADA SUBSTITUI A CARTA DE C. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO NO ADVOGADO, PARA A TITULAR DA PEÇA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.



MODELO APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA E.O. SE

TELETRA S/A Zeta and Grand

*Journal of Health Politics, Policy and Law*, Vol. 35, No. 4, December 2010  
DOI 10.1215/03616878-35-4 © 2010 by The University of Chicago

**ORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
"ASJEPA"  
ESTATUTO SOCIAL**

**O I - DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS**

DA JUSTIÇA DA PARAÍBA, com sede e fôro no cidade do João Pessoa, fundada em 21.01.1980 para os quais foi fundada, pressa a denominar-se: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - É uma Sociedade civil com situação em todo o território do Estado da Paraíba, sem fins lucrativos dos seus objetivos terá a seguinte finalidade: a) Congregar todos os servidores da justiça, defendendo os seus direitos e assegurando-lhes todas as garantias quando praticado pelo associado, na solução de qualquer problema em que o mesmo esteja envolto; b) Assegurar a assistência devida, na forma do presente Estatuto; c) Divulgar o prestígio da associação; d) A associação será constituída do número limitado de associados seu distinção de cor, cumprimento de seu programa, mantendo a Associação os seguintes departamentos: a) 1º Departamento Públucos; b) Departamento Social; c) Departamento Jurídico e g) Departamento de Contas com um diretor devidamente nomeado pelo Presidente que no seu cargo poderá

**A AGRUPAMENTO E DA CATEGORIA DOS SÓCIOS**

será estimado pelo interessado a qual será encaminhada à diretoria para aprovação ou não. SERVIDORES - Todos os servidores da justiça portadores de títulos de nomeação ou de registrados intitulados - Pessoas Físicas ou Jurídicas que não tenham nenhuma ligação com a justiça; PÚBLICOS - Os membros da magistratura, autoridades civis e militares e o povo em geral ADIAS - Quaisquer sócios dos mencionados nas letras A, B e C que hajam contribuído para a ASJEPA.

**O II - DOS DEVERES DOS SÓCIOS**

estar e fazer respeito ao Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, da Diretoria e dos departamentos que os seus companheiros da Associação e colegas da classe; c) Pagar pontualmente as cotas que tenha parte com a Associação, criando de contribuição extraordinária estabelecidas qualquer ocorrência que seja necessária à intervenção de qualquer desses poderes; d) Elas que vêmem contadas para a Associação; e) Fiscalizar as atividades dos Departamentos citados por meios verificada; g) Comparecer as sessões da Assembleia Geral e exercer os carregos.

**O III - DOS DIREITOS DOS SÓCIOS**

de 10 membros da Assembleia Geral, durante, votando e sendo votado quando quinta com base nos artigos que constam do Estatuto; c) Exercer quaisquer cargo da diretoria, uma vez eleito; d) Usar de suas votações em atos que possam prejudicar a classe ou desonrar a Associação; e) Frequentar as solenidades promovidas pela Associação.

**O IV - DA ADMINISTRAÇÃO**

Estado da Paraíba será administrado por um (1) Presidente, com uma vice, Art. 10 - A posse da Diretoria dar-se-á 90 dias após a eleição. Art. 11 - Da diretoria só a Art. 12 - A Associação reunir-se-á mensalmente no último sábado de cada mês a fim de votar das questões ordinárias a que se refere o artigo anterior, reunir-se-á a Associação tantas vezes necessárias pelo Presidente. Art. 14 - A Assembleia Geral, poder máximo da ASJEPA reunir-se-á quando extraordinariamente desde que requerida pelo menos por 2/3 dos sócios em pleno gozo e trânsito o objetivo da convocação. Art. 15 - A Presidência conjuntamente compete: a) da Geral; b) Despachar o expediente e assinar juntamente com o Presidente; c) Visar as contas cheques emitidos para pagamento; d) Nomina representantes para quaisquer festividades parciais de Assembleia Geral quando se fizerem necessárias ou quando livrarem sido requeridas aspirar e fazer cumprir as disposições deste Estatuto; h) Nomear os membros dos diversos Departamentos para constituir advogados e necessário; i) Deliberar todo e qualquer assunto a que tratar os assuntos de interesse da classe junto aos poderes públicos, repartições, autoridades, Vice-Presidente; m) Nomina e demitir funcionários da Associação e fixar-lhe os vencimentos por impedimentos eventuais, desde de que tenha sido aprovado em Assembleia; o) Apresentando anexo ainda um balanço patrimonial. Art. 17 - Compete ao Vice Presidente: a) Art. 18 - Compete ao 1º Secretário: a) Subordinar a diretoria ao Presidente, executando os mandatos ou serviços gerais da Secretaria; b) Prestar quaisquer informações e declarações sobre os assuntos que forem solicitados; d) Expedir ofícios, cartas e telegramas; e) Organizar a correspondência da Associação; f) Expedir ofícios, cartas e telegramas aos sócios; g) Assinar as Atas depois de aprovadas juntamente com o Presidente. Art. 19 - Compete ao 2º Secretário: a) Redigir as Atas das sessões da Assembleia Geral; c) Substituir o 1º Secretário nos seus impedimentos. Art. 20 - Compete ao Tesoureiro: a) Manter a contabilidade da Associação e de suas provisões necessárias, uma relação dos sócios em estrato com a tesouraria; e) Executar o orçamento da Associação; f) Apresentar no final de sua gestão, um balanço patrimonial.

**O V - DA ELEIÇÃO**

do Bimestre em Assembleia Geral ordinária a fin de elegêr seus novos dirigentes. Art. 22 - A votação ou impressos que deverão constar os nomes dos candidatos para os diversos cargos da classe e o critério de reeleição. Art. 23 - Serão considerados eleitos os candidatos mais votados. Art. 24 - O candidato mais votado. Art. 25 - A posse da nova diretoria será revestida de caráter fe

**O VI - DOS FUNDOS SOCIAIS**

o capital proveniente de contribuições, mensalidades, subvenções, auxílios, multas, donativos dos associados contribuirão com 2% (dois) por cento dos seus vencimentos e vantagens. Art. 27 - Compete: 1) Na aquisição de imóveis, móveis e equipamentos de necessidades da Associação, fornecendo as despesas concernentes a manutenção da Associação e representação da mesma; 2) a) A Diretoria paga despesas que fizem toras das determinações estatutárias; b) O Presidente designar; c) O tesoureiro; d) Executar efeitos quaisquer pagamento sem a devida autorização da diretoria designados que forem para a Diretoria. Art. 29 - O patrimônio da Associação será constituído por todos os bens que forem adquiridos na base da Causa competente.

**O VII - DAS PENALIDADES**

as seguintes penalidades: a) CENSURA - Aquela que lenta tumulto a ordem da Assembleia, ou contra as determinações da Diretoria, sendo essa censura condenada em portaria baixada pelo presidente ou colgado em destaque em um colégio ou qualquer dos diretores. Os que pregar desordem ou tumulto a classe. Os que não sofrerem qualquer incômodo, se flagrarem necessitados para o cargo - Aos que forem condenados em juiz por crime de furto, apropriação indebita, estelionato, o patrocínio da Associação e se recusarem a reparar o dano causado; aos que deixarem de 40 a 60 meses a critério da Diretoria, levando-se em consideração o grau da falta cometida.

penalidades poderão ser restituído a qualquer tempo, pagando porém, além do arrestando mais Art. 31 - De toda e qualquer pena aplicada, caberá recurso a Assembleia Geral, o qual deverá ser feito.

**O VIII - DEPARTAMENTOS - FINALIDADES E AÇÃO**

a) A diretoria é aquela responsável pelas questões jurídicas que caem em seu campo de atuação, a direção administrativa, os estudos e estatutos que representam a ASJEPA. Art. 32 - De tudo quanto ocorrer legalmente dentro da Associação dará conhecimento imediato à Diretoria. Art. 40 - A Associação adotará os estudos pôr a Diretoria e um pavilhão com as cores vermelha e branca que será esculpido e sólido e sólamente duas (02) versões sendo uma (01) anualmente, no dia consagrado ao Serviço Social da nova diretoria. Art. 42 - Além das sessões ordinárias, poderá a Diretoria se reunir em sessão de presente Estatuto. Art. 43 - Associação poderá ser dissolvida por deliberação da Assembleia em pleno gozo dos seus direitos sociais que se responsabilizem pelo seu funcionamento. Art. 44 - Os bens patrimoniais da Associação serão distribuídos pelas casas de caridade da capital. Art. 45 - Os bens do seu clube, continuando sendo sócios se assim o desejarem com todas as vantagens de que a Diretoria. Art. 46 - O presente Estatuto entrará em vigor logo após a sua publicação no Registro Civil das pessoas Jurídicas.

João Pessoa, 01 de Julho de 1987.

FERNANDO SIMÕES DE FARIAS; TERESINHA MORAES CASTRO CRUZ; MARIA DAS NEGRAS; JOANA CÉLIA ALMEIDA DE SOUSA; FRANCISCO MOCIO RIBEIRO DE AR-

**OIX DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

o Conselho Fiscal composto de 07 membros efetivos e 03 suplentes que terão seu mandato per-

o Conselho Fiscal, que prenderá, pôr ordem de votação. Art. 39 - Em cada Comarca da Comarca existentes que representarão a ASJEPA. Art. 39 - De tudo quanto ocorrer

legal de Associação dará conhecimento imediato à Diretoria. Art. 40 - A Associação adotará os estudos pôr a Diretoria e um pavilhão com as cores vermelha e branca que será esculpido e sólido e sólamente duas (02) versões sendo uma (01) anualmente, no dia consagrado ao Serviço Social da nova diretoria. Art. 42 - Além das sessões ordinárias, poderá a Diretoria se reunir em sessão de presente Estatuto. Art. 43 - Associação poderá ser dissolvida por deliberação da Assembleia em pleno gozo dos seus direitos sociais que se responsabilizem pelo seu funcionamento. Art. 44 - Os bens patrimoniais da Associação serão distribuídos pelas casas de caridade da capital. Art. 45 - Os bens do seu clube, continuando sendo sócios se assim o desejarem com todas as vantagens de que a Diretoria. Art. 46 - O presente Estatuto entrará em vigor logo após a sua publicação no Registro Civil das pessoas Jurídicas.

João Pessoa, 01 de Julho de 1987.

FERNANDO SIMÕES DE FARIAS; TERESINHA MORAES CASTRO CRUZ; MARIA DAS NEGRAS; JOANA CÉLIA ALMEIDA DE SOUSA; FRANCISCO MOCIO RIBEIRO DE AR-

**Padres da Imaculada Conceição - Bajeux-PB**

de agosto de 1987, sob forma de associação cívica e provisória no bairro da Imaculada Conceição, serviços à comunidade passa a regular-se pelo artigo 15 artigos. É formada pelos amigos e morador da diretoria é composta de 1 residente; Vice-Presidente; 12 Conselheiro; 21 Tesoureiro e Crédito social contra efetivos e três membros suplentes da população.

29 de agosto de 1987.

**AMPARO AOS MENORES DO MUNICÍPIO**

**DE PARAÍBA.**

**ACAO BENEFICIENTE D. MARIA LAURENTINO DE**  
na Município de Pedra Branca aos 09  
por fim amparar as crianças pobres de  
assistência material. Terá personalidade

que tem por fim amparar a Juventude  
mois para auxiliar subsídios mate-

cial contribuição dos sócios, subvenções, Estaduais ou Federais ou de  
qualquer modalidade que venha acontecer.

**Art. 42 - A Diretoria da Associação será constituída de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e leites pelas membros da entidade em reunião extraordinária.**

**Art. 58 - A Diretoria eleita terá o prazo de 3 anos findos os quais deverá ser convocada uma nova assembleia para proceder a eleição.**

**Art. 62 - Compete ao Presidente representar a Associação ativa e passivamente em juiz e fora dele, porante órgãos de Administração Pública em geral e nas suas relações com terceiros em particular, praticar atos concernentes ao Patrimônio, podendo adquirir - alienar - hipotecar ou onerar os respectivos bens, observando as exigências legais e formalidades necessárias a validade de tais atos - presidir as reuniões da Diretoria, dirigir o pessoal necessário as finalidades da Associação.**

**Art. 72 - Ao Secretário compete: lavrar as atas das reuniões, preparar correspondência para ser assinada pelo Presidente, manter em boa ordem os documentos e papéis da Secretaria.**

**Art. 82 - Ao Tesoureiro compete guardar a escrituração dos bens e valores do Patrimônio - efetuar os pagamentos devidamente autorizados e proceder o recebimento dos recursos da Associação.**

**Art. 92 - O regulamento interno que será organizado pela Diretoria e aprovado pela Assembleia Geral, regulará o funcionamento interno da Associação, atribuições de pessoal e o mais que for necessário ao bom desenvolvimento de suas finalidades sociais.**

**Art. 102 - Os membros da Diretoria e os sócios não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação ou em nome dele.**

**Art. 112 - O mandato da Diretoria será exercido gratuitamente, e também a Associação não distribui dividendo, revertendo de qualquer eventual "superavit" em seus exercícios financeiros em benefício da manutenção e ampliação de suas finalidades sociais.**

**Art. 122 - A Assembleia Geral será convocada ordinariamente no mês de Janeiro de cada ano e extraordinariamente sempre que a Diretoria julgar necessário. § Único - Compete à Assembleia Geral Ordinária apreciar, discutir e aprovar o relatório anual da Diretoria, contas e balancos, bem como qualquer reforma dos estatutos constantes de projetos apresentados pela Diretoria. As Assembleias Gerais Extraordinárias apreciarão e decidirão a matéria que a Diretoria submeter a seu exame.**

**Art. 132 - A Associação se dissolverá por deliberação abelada da totalidade dos membros.**

João Pessoa, 09 de Novembro de 1987.

**NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO RURAL (NIR) ESTATUTO CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FÔRMO E FINS:** Art. 1º - O Núcleo de Integração Rural de Paraná, fundado em 30 de Abril de 1986 com sede em Paraná Município de Itaporanga-PB, Estado da Paraíba e fôro jurídico na Comarca de Itaporanga-PB. Art. 2º - O Núcleo de Integração Rural de Paraná, tem por finalidade: I - Reunir pessoas da comunidade para tratar de assuntos coletivos; II - Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores; III - Conscientizar a comunidade de suas potencialidades, levando-a responder aos seus anseios; IV - Colaborar com Poderes Públicos nas iniciativas de interesse coletivo; V - Promover o desenvolvimento em todos os setores da comunidade e das circunvizinhanças, dentro das suas limitações; VI - Orientar as pessoas para o desenvolvimento rural e para o alcance de recursos financeiros e humanos visando a melhoria das famílias dos produtivos. Art. 3º - Compete ao Núcleo de Integração Rural: I - Apresentar aos poderes públicos, sugestões visando o bem da comunidade; II - Integrar sua ação com a de outros órgãos e instituições empenhadas no desenvolvimento do meio rural; III - Estabelecer sistema adequado de controle na aplicação dos recursos que venham receber, tendo em vista a comprovação das despesas realizadas, perante as Entidades ou grupos de pessoas donde provierem esses recursos; IV - Colaborar para a continua e crescente integração com os poderes públicos, órgãos e Entidades que visam o desenvolvimento rural; V - Avaliar isoladamente ou em conjunto com outros órgãos e Entidades, os resultados alcançados na execução das atividades desenvolvidas nas comunidades; VI - Divulgar seus objetivos e realizações. Art. 4º - O prazo de duração do Núcleo de Integração Rural da comunidade de Paraná é indeterminado e o numero de sócios é ilimitado. **CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS SOCIAIS:** Art. 5º - O Núcleo de Integração Rural terá os seguintes órgãos sociais: I - Assembleia Geral; II - Diretoria; III - Conselho Fiscal; **CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL:** Art. 6º - A Assembleia Geral, dentro dos dispositivos deste Estatuto, é órgão soberano do Núcleo, composto de todos os membros do seu quadro social. Art. 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria, sempre que se fizer necessário. Art. 8º - As Deliberações da Assembleia são tomadas por maioria de votos secretos, no mínimo, a metade mais um dos associados presentes. Art. 9º - A Assembleia Geral ordinária compete privativamente: I - Aprovar a Prestação de Contas da diretoria; II - Pronunciar-se sobre o Relatório Anual de Atividades; III - Decidir sobre o programa de atividades. Art. 10º - A Assembleia Geral Extraordinária compete privativamente: I - Emendar ou rever o presente Estatuto; II - Resolver os assuntos que lhes forem propostos; III - Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, por justa causa; IV - Decidir sobre a extinção do NIR. § Único - As deliberações sobre a reforma do presente Estatuto e a extinção do NIR serão tomadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes, em pleno gozo de seus direitos. **CAPÍTULO IV DA DIRETORIA:** Art. 11º - A Diretoria compõe-se do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, escolhidos entre os próprios associados. Art. 12º - Os Membros da Diretoria serão eleito por voto secreto da Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) Anos podendo ser reeleitos. Art. 13º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, o extraordinariamente, sempre que o Presidente ou dois de seus membros convocarem. Art. 14º - A Diretoria não corresponde aos interesses do NIR será afastada, por decisão da Assembleia e por maioria de votos secretos. Art. 15º - Compete



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que à ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS MENORES, do Município de Pedra Branca-Pb., se encontra em pleno funcionamento de suas atividades.

Pedra Branca, 06 de Maio de 1988

*Carvalho*  
Associação de Amparo aos Menores  
Rua Bauduino de Carvalho S/n  
58.790 — Pedra Branca - Paraíba  
*Maria Sônia do Carmo A. Carvalho*  
— Presidente —



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITACIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI Nº 28/88.

EMENTA - Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Menores do Município de Pedra Branca D. Maria Laurentino de Medeiros Carvalho, no Estado da Pb.

AUTOR - DO DEPUTADO ROBERTO PAULINO.

P A R E C E R

Com a apresentação do Projeto de Lei nº 28/88, pretende o ilustre Deputado Roberto Paulino reconhecer de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Menores do Município de Pedra Branca D. Maria Laurentino de Medeiros Carvalho.

Fêz o Autor juntada de xerox dos seguintes documentos:

- 1 - Inscrição da Secretaria da Receita Federal através do C.G.C. de nº 11.984.283/0001-70.
- 2 - Registrada no Cartório de Títulos e documentos da Comarca de ITAPORANGA.
- 3 - Estatutos publicados no Diário Oficial em 19/11/87.

Comprovando assim sua Personalidade Jurídica e satisfazendo as exigências em termos legais, opinamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 09 de Junho de 1988.

Aprovado o Parecer em discussão única.

Em 16/06/88 PRESIDENTE - RELATOR

1º. SECRETÁRIO

VICE - PRESIDENTE

MEMBRO

MEMBRO

MEMBRO

Apres



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Registrado no Livro de Fls.  
**PRO** 28 Sob No 28/88  
EM. 09 / 05 / 1988

*RJ*

Publicado no Diário do Legislativo no Dia 17/05/88  
vol. 9  
nº 17 / 05 / 1988

— SECRETÁRIO —

A Coordenadoria das Comissões  
Técnicas.

EM. 17 / 05 / 1988

*RJ*

A Coordenadoria das Comissões  
Técnicas.

EM. 17 / 05 / 1988

— SECRETÁRIO —

Funcionário da Coordenadoria da  
Área Legislativa.

REMESSA  
Recebido nesta data  
pela Corr. de Serv. da  
Em. 16 de Junho de 1988  
Assinado por [Signature]

## RECEBI

Recebi, nesta data, o presente projeto de

Lei n. 28/88

Em 16 de Junho de 1988

*Juanita de Souza*



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GP/OFICIO Nº 182/88  
JAMF.

Em 17 de junho de 1988

SENHOR GOVERNADOR:

Encaminho as mãos de Vossa Excelência, para fins Constitucionais o Projeto de Lei nº 28/88, aprovado por esta Assembléia Legislativa em sessão realizada no dia 16 de junho do corrente ano, o qual "RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS MENORES DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA D.MARIA LAURENTINO DE MEDEIROS CARVALHO, no Estado da Paraíba-Pb.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência meus protestos de estima e elevada consideração.

JOSE FERNANDES DE LIMA  
PRESIDENTE

Exmº.Sr.

DR.TARCISIO DE MIRANDA BURITY  
DD.GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Palácio da Redenção  
Nesta/



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

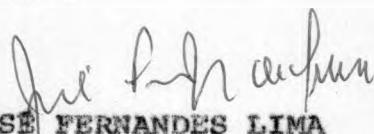
PROJETO DE LEI Nº 28/88

Reconhece de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Menores do Município de Pedra Branca D. Maria Laurentino de Medeiros Carvalho no Estado da Paraíba.

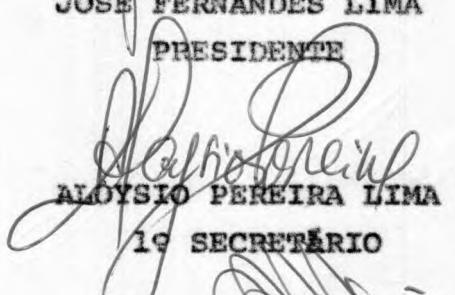
Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública à ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS MENORES DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA D. MARIA LAURENTINO DE MEDEIROS CARVALHO, no Estado da Paraíba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

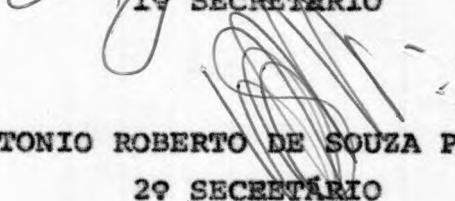
Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa 17 de junho de 1988.

  
JOSE FERNANDES LIMA

PRESIDENTE

  
ALOYSIO PEREIRA LIMA

1º SECRETÁRIO

  
ANTONIO ROBERTO DE SOUZA PAULINO  
2º SECRETÁRIO